



Saberes docentes na educação de jovens e adultos: Uma abordagem na 1ª etapa da EJA na escola do campo Emeif Achilles Ranieri no município de Cametá-Pará

Teaching knowledge in youth and adult education: An approach in the 1st stage of EJA at the Emeif Achilles Ranieri school in the municipality of Cametá-Pará

DOI: 10.56238/isevmjv2n5-027

Recebimento dos originais: 20/10/2023

Aceitação para publicação: 08/11/2023

Célio Epifane Cruz

Mestrando pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS

E-mail: celioepifane@ufpa.br

Mílvio da Silva Ribeiro

Mestrando pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS Doutor em Geografia pela

Universidade Federal do Pará

E-mail: milvio.geo@gmail.com

RESUMO

O trabalho discute a importância dos saberes docentes que são necessários para o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos. Utilizamos como fontes de referência as teorias de Beiseigel(1974), Freitas (2009), Souza(2007) e Freire (2006) contextualizando sobre as primeiras manifestações para a criação da EJA. Gauthier (2006), Pimenta (2005) e entre outros falando sobre os saberes que são necessários para um melhor desenvolvimento educacional dos alunos da Educação de Jovens e Adultos e Caldart (2002), Hage (2014) que discute sobre Educação do Campo. Após essas considerações, apresentaremos uma análise entre as respostas obtidas a partir de uma entrevista relacionando-as com as ideias dos autores.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos, Saberes docentes, Educação do campo.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos surgiu com o propósito de levar a educação para as pessoas que não tiveram acesso na idade considerada correta. Essa modalidade educacional surgiu por volta dos anos 40 para alfabetizar as pessoas que buscam profissionalização e mercado de trabalho.

Esse trabalho tem como objetivo verificar os saberes docentes que são utilizados nas salas de aula das turmas da Eja no campo. Para isso, realizamos uma pesquisa na EMEIF Achilles Ranieri no município de Cametá-Pará, onde foi feita uma entrevista com uma professora que trabalha na Educação de Jovens e Adultos. Assim, para que haja um melhor entendimento do trabalho, fizemos um breve histórico da EJA no Brasil. Para isso, utilizamos



autores como Beiseigel (1974) falando sobre os primeiros indícios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, usamos também autores como Freitas (2009), Souza (2007) e Freire (2006). Também foi feita uma abordagem sobre a Educação do Campo utilizando autores como Caldart (2002), Hage (2014) entre outros.

Em seguida, falaremos um pouco sobre o local da pesquisa, a EMEF Achilles Ranieri, onde fizemos um levantamento em relação a funcionários, estrutura, entre outros. No terceiro tópico do trabalho, falaremos sobre os saberes docentes na EJA, utilizamos como embasamento teórico, os pensamentos de Gauthier (2006) falando sobre a experiência profissional dos professores que é muito importante para as práticas que são desenvolvidas em sala, Pimenta (2005, p.8) ao falar sobre os saberes do professor que se fundamentam em três saberes, que são das áreas específicas, saberes pedagógicos e saberes da experiência.

Em um quarto tópico, faremos uma abordagem sobre a entrevista realizada com o professor da EJA relacionando as respostas dos questionamentos com as teorias citadas no decorrer do trabalho. E após o quarto tópico apresentaremos as considerações finais, onde faremos um apanhado geral da pesquisa elencando aspectos importantes para compreendermos os principais saberes dos docentes que são utilizados na Educação de Jovens e Adultos do campo.

2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Com o intuito de levar o ensino para as pessoas que, por algum motivo, não tiveram oportunidade de ser alfabetizados na idade correta, foi criada a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade de ensino visa alfabetizar pessoas que buscam profissionalização, crescimento profissional e mudar sua condição financeira e intelectual. Os primeiros indícios de criação da EJA se deram no final dos anos 40 com a implementação das primeiras políticas públicas de educação para adultos. Segundo Beiseigel (1974),

A partir de 1946-1947 foi promovida a 1ª Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos pelo Ministério da Educação. Esse é um momento de pós-guerra, de redemocratização do país depois da queda de Getúlio, da criação da Unesco, órgão influenciador na criação desses movimentos no mundo inteiro.

Essa campanha segundo Beiseigel foi coordenada pelo Lourenço Filho, ela aconteceu no período de 1947 até meados dos anos 50. A campanha aconteceu, primeiramente, porque o Governo federal arrecadou verba no fundo do ensino primário e, segundo, porque passou a

encarar a alfabetização de adolescente e adultos não atendidos na idade normal da escolarização, de 7 a 10 anos, como público que precisava de uma ação educativa. Não se propôs só uma restrição de alfabetização, o mote é a chamada educação de base.

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos, no cenário brasileiro, nasce da união e compromisso estabelecido entre a alfabetização e a educação popular. Aquela concebida como um processo de grande extensão e profundidade, destinando-se a grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo em que contribuísse para que estas pessoas voltassem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas ao poderem "ler o mundo e, ao lê-lo, transformá-lo". (Freitas, 2009)

A educação de base, como é definida pela UNESCO, é uma reposição de todo conteúdo da escola primária, até mais sofisticada que a atual escola primária ou ensino das iniciais porque é integralizada e pautada pela experiência dos países ricos desenvolvidos. Ela é proposta para adolescentes e para crianças que não foram escolarizados em idade normal de 7 a 10 anos. A proposta alfabetização com leitura, com escrita, iniciação ao cálculo.

A grande crítica que se faz é que ela se restringia à alfabetização. Ela era até acusada de fábrica de leitores, por conta de, no período de democratização, estar refazendo a base eleitoral. Essa crítica é um pouco injusta, pelo segundo motivo, ela estende a escolarização para além das grandes cidades influenciando em grande parte o meio rural.

De acordo com Souza (2007) a concepção de oferecer educação nessa modalidade tinha, sobretudo, o objetivo de possibilitar que o excluído do sistema oficial, "recebesse" do Estado a proteção e garantia de continuar seus estudos, não como direito, mas em uma mão de obra mais qualificada para o mundo do trabalho que exigia operários com um entendimento básico do que estava fazendo (iniciava no Brasil o processo de desenvolvimento industrial), ou seja, a partir da dimensão econômica era urgente que se erradicasse ou diminuísse o analfabetismo no país. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50.

Para que a educação de jovens e adultos de fato se concretize, é preciso que não existam barreiras e posturas que esnobem àqueles que não tiveram acesso a escola e a certos tipos de culturas. O ensino da Eja deve ser pautado na ética, na responsabilidade e no compromisso com o aluno. Nesse sentido,

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (Freire, 2006, p. 22)

Os alunos da Eja não aprendem da mesma forma que os da modalidade regular de ensino,



cada um possui uma maneira única e diferente de aprender. Assim é necessário que sejam criadas estratégias próprias para que realmente se aconteça o processo de aprendizagem.

3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A educação do campo no Brasil é um tema importante e atual, pois se refere à educação destinada aos estudantes que vivem em áreas rurais ou de agricultura familiar. Historicamente, a educação do campo foi marcada por desafios, como falta de investimentos em infraestrutura escolar, a falta de docentes capacitados e a pouca valorização da cultura local. Com a aprovação da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização do país, inúmeros debates foram organizados em torno dos direitos sociais da população camponesa.

Nessa perspectiva, direitos educacionais bastante significativos são aprovados, demonstrando o compromisso do Estado e da sociedade brasileira na promoção da educação para todos, respeitando suas características culturais e regionais. Assim, foram criadas reformas educacionais que desencadeou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96). A referida lei traz 3 (três) artigos (23, 26 e 28), com referência a Educação da população do Campo, e que tratam das questões de organização escolar e pedagógicas, deixando bastante explícito o reconhecimento da diversidade e da singularidade do campo, a partir da concepção de uma educação para todos. Esta LDB, em seu art. 28, estabelece as seguintes normas para educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Brasil, 1996).

De acordo com Hage, Cruz e Silva (2016), desde o final dos anos de 1990 os movimentos sociais e sindicais do campo têm-se organizado e desencadeado um processo de mobilização em âmbito nacional, com forte expressão nos estados da federação e em alguns municípios, articulando as lutas pelo direito a terra e à educação, para enfrentar a desigualdade histórica no atendimento aos direitos humanos e sociais da população trabalhadora do campo. Ainda segundo os autores, essa articulação, desde a sua criação, reunia movimentos e organizações sociais dos trabalhadores do campo e contou com a participação de universidades,



organizações da sociedade civil, órgãos do poder público e instituições internacionais, que compartilham princípios, valores e concepções político-pedagógicas, e se articulam para reivindicar a formulação e implementação de políticas públicas no interior da política educacional brasileira que atendesse aos interesses das populações do campo (camponeses, assalariados rurais, assentados, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores e demais grupos que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural).

As articulações “iniciais” por uma educação do campo e que por meio de encontros e conferências se solidificou a nomenclatura passando de Educação Rural, como era conhecida, para Educação do Campo. Afirma Caldart (2012, p. 257), esclarecendo sobre estes momentos de discussão e o surgimento da expressão “Educação do Campo”, que hoje tanto se fala. Segundo a autora, o surgimento da expressão Educação do Campo pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente

reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho.

Vale destacar como um marco importante para o fortalecimento do Movimento da Educação do Campo foi a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), em 1998, por meio da portaria 10/98. O Pronea é a expressão do compromisso firmado entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, considerando a diversidade dos atores sociais envolvidos no processo de luta por terra e educação no país (Brasil, 2004).

De acordo com Santos (2017),

Importante sinalizar que a experiência acumulada pelo Pronea, nos mais diversos âmbitos de abrangência, influenciou a concepção e a elaboração de novas políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento do campo através de ações educativas que ajudem na formação dos sujeitos, como por exemplo: o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Este programa apóia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, preocupado, especificamente, com a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. (p. 217)

Este programa apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, foi implantado inicialmente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia



(UFBa), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Federal de Brasília (UnB), atualmente várias instituições públicas de ensino federais ofertam Licenciaturas em Educação do Campo, como é caso da Universidade Federal do Pará, que oferta o curso em seus Campi, inclusive no Campus Universitário do Tocantins/ Cametá, com objetivo de promover a formação de professores da educação básica para lecionarem nas escolas localizadas em áreas rurais.

Em 2002, foi aprovada a Resolução CNE/CEB 01, de 03 de abril, que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Possibilitando a partir dessa aprovação, segundo Carmo (2016, p. 56) “fortalecer cobranças ao Poder Público (União, Estados e Municípios) para que as políticas educacionais atendessem às orientações do que estava prescrito”. Além disso, as normativas: Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008, que Estabelece Diretrizes Complementares, Normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Além disso, outro importante programa de educação do campo no Brasil é o Pronacampo – Programa Nacional de Educação do Campo, vinculado ao Ministério da Educação. Previsto pelo Decreto nº 7.352 e instituído por meio da Portaria 86, de 1º de fevereiro de 2013.

Na luta “Por uma Educação do Campo” é preciso enfatizar o protagonismo dos movimentos sociais no Brasil. De acordo com Hage, Cruz e Silva, (2016), a partir de agosto de 2010, os movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades e institutos federais de educação criaram o Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC, com autonomia para debater com o poder público sobre as proposições voltadas para implantação/fortalecimento e consolidação de políticas públicas de educação, a partir das especificidades, diversidades e questões da educação do campo.

Na Amazônia Paraense, articulando-se a essa mesma dinâmica, os movimentos sociais representativos das populações que vivem do trabalho no campo entrelaçam e fortalecem os fios da rede que se forma através do Movimento Paraense por uma Educação do Campo, que tem no Fórum Paraense de Educação do Campo - FPEC sua expressão mais significativa de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de educação, de desenvolvimento e de sociedade.

Por fim, é de suma importância entender as leis que regem a educação do campo, afinal, embora não sendo uma realidade na prática, pois ainda não são condizentes com a realidade, a cultura e a identidade do povo do campo e que são resultados de um longo processo histórico,



social e político de movimentos sociais, mas falta a efetivação. A Educação do campo é uma modalidade de ensino e seu objetivo é a educação de crianças, jovens e adultos que moram e vivem no campo. E ela se caracteriza como uma política pública que possibilita o acesso ao direito à educação de pessoas que vivem fora do meio urbano e que necessitam ter esse direito garantido. Importante dizer que essas características e denominação não é somente por sua localização espacial e geográfica, mas pela vivência cultural e experiência que a população camponesa possui e que isso se diferencia da cultura urbana. Assim, é importante entender que a educação do campo é uma educação voltada para um público-alvo bem específico, e que, portanto, necessita da escola do campo com princípios, cultura e identidade desses sujeitos. O Decreto 7.352/2010 em seu artigo 1º conceitua população de campo e escola do campo.

4 O LÓCUS DA PESQUISA

A EMEIF Achilles Ranieri está localizada na comunidade quilombola de Matias, estrada do Juaba, KM 18, SN, Cametá/Pa. A escola possui sala de direção e secretaria, e 8 salas de aula. Além disso, há uma quadra esportiva, biblioteca, almoxarifado e banheiros masculinos e femininos e de professores.

O estabelecimento de ensino conta com o quadro de funcionários de 24 profissionais, entre eles são: 17 professores, 6 funcionários de apoio, 1 Diretor. A escola atende a 13 turmas de Ensino Fundamental (Maternal ao 9º ano), 2 turmas de EJA (3ª e 4ª etapas) e 2 turmas de Atendimento Especializado (de 1º ao 9º ano), possuindo um total de 276 alunos.

5 OS SABERES DOCENTES NA EJA

Os professores que exercem a docência na Eja assumem um papel de fundamental importância, pois são os mediadores para o processo de ensino dos discentes. E um dos principais desafios dos docentes da Eja é que a turma geralmente apresenta uma grande diversidade e não se dedicam exclusivamente para a escola, muitos trabalham, tem filhos e outras ocupações. Segundo Bezerra,

O principal é ajudar o professor a entender que adultos aprendem de forma diferente da criança e do adolescente e têm uma vida mais complexa, com emprego, família para sustentar, preocupações e estresse, fatores que influenciam a aprendizagem. Não por acaso, a evasão escolar é uma das grandes dificuldades. As turmas apresentam diversidade acentuada, com relação ao tempo fora da escola e ao contato com a escrita, e com frequência têm ideias já enraizadas (2011, p.)



Nesse sentido, a atuação na Eja precisa ser, mais do que em outras modalidades, bem planejada, pois os alunos apresentam um diferencial em relação aos demais alunos do ensino básico. Isso deve ser levado em consideração no momento do planejamento das aulas, para que não ocorra um número alto de evasão. Assim, Gauthier fala que a experiência profissional dos professores é muito importante para as práticas que serão desenvolvidas, e os saberes são construídos ao longo de sua carreira profissional.

Quer se trate de um momento único ou repetido infinitas vezes, a experiência do professor não deixa de ser uma coisa pessoal e, acima de tudo, privada. Embora o professor viva muitas experiências das quais tira grande proveito, tais experiências, infelizmente, permanecem confinadas ao segredo da sala de aula. Ele realiza julgamentos privados, elaborando ao longo do tempo uma espécie de jurisprudência composta de truques, de estratégias e de maneiras de fazer que, apesar de testadas, permanecem em segredo. Seu julgamento e as razões nas quais ele se baseia nunca são conhecidos nem testados publicamente (Gauthier, 2006, p.33).

Os saberes que são utilizados pelos docentes é algo que está diretamente ligado com a identidade do professor, cada professor possui uma característica própria de trabalhar no ensino de seu aluno. Nesse sentido, Tardiff, fala que:

O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber delese está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente. (Tardif, 2002, p. 11)

Os métodos utilizados pelos professores precisam estar diretamente ligados com a realidade vivida pelo seu aluno. Assim, a aprendizagem se tornará muito mais fácil e produtiva, no caso dos alunos da Eja as metodologias precisam ter uma ligação entre os interesses e as necessidades dos alunos.

[...] o que compete ao educador é praticar um método crítico de educação de adultos que dê ao aluno a oportunidade de alcançar a consciência crítica instruída de si e de seu mundo. Nestas condições ele descobrirá as causas de seu atraso cultural e material e as exprimirá segundo o grau de consciência máxima possível em sua situação. (Pinto, 1985, p. 84)

Os alunos da Eja trazem consigo uma grande bagagem de experiências vivenciadas e essa bagagem deve ser utilizada pelo professor no contexto sala de aula. Desse modo, a permanência do aluno da Eja em sala de aula só se efetiva quando acontece a cumplicidade entre docente e alunos. Assim, é de grande importância verificarmos os saberes docentes que são utilizados pelos docentes no processo de alfabetização dos alunos da Eja, uma vez que as



práticas utilizadas pelos professores são de fundamental importância para o bom aproveitamento e desempenho dos alunos.

Para Tardif (2002 p. 60), “a noção de “saber” remete a um sentido amplo que engloba os conhecimentos, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes dos docentes, ou seja, aquilo que foi muitas vezes chamado de saber, de saber-fazer e de saber-ser”. O autor ainda classifica os saberes docentes em Saberes Pedagógicos, Saberes Disciplinares, Saberes Curriculares, Saberes experienciais e Saberes da formação Profissional.

Pimenta (2005, p.8) ao falar sobre os saberes do professor:

O saber do professor se fundamenta na tríade saberes das áreas específicas, saberes pedagógicos e saberes da experiência. É na mobilização dessa tríade que os professores desenvolvem a capacidade de investigar a própria atividade e, a partir dela, constituírem e transformarem seus saberes-fazer docentes.

No que diz respeito aos saberes da experiência, a autora afirma que a experiência acumulada na vida de cada professor, refletida, submetida a análises, a confrontos com as teorias e práticas, próprias e as de outrem, a avaliações de resultados, é que ele vai construindo seu jeito de ser professor.

Referente aos saberes das áreas do conhecimento, o professor encontra o referencial teórico, científico, técnico, tecnológico e cultural para garantir que os alunos se apropriem também desse instrumental no seu processo de desenvolvimento humano.

Nos saberes pedagógicos, a autora completa que nesses saberes se encontra o referencial para trabalhar os conhecimentos enquanto processo de ensino, que se dá em situação histórico- sociais, e ensinar em espaços coletivos – as salas de aulas, as escolas, as comunidades escolares, concretamente consideradas.

6 SOBRE A ENTREVISTA

Para a realização da pesquisa utilizamos como método o questionário/entrevista, em que realizamos a entrevista com uma professora atuante na modalidade de Ensino EJA da Escola Achilles Ranieri.

A professora entrevistada trabalha há um ano na localidade, mas disse que já trabalha há muitos anos na Educação de Jovens e Adultos. Trabalha com a disciplina de Matemática, sua formação é Licenciatura em Matemática. Gauthier (2006) fala que a experiência dos professores é muito importante para as práticas que serão desenvolvidas. Nesse sentido, a professora entrevistada fala sobre a importância de se ter experiência em sala de aula, e quando perguntamos se essa experiência ajuda no desenvolvimento das atividades com os alunos da



EJA, ela fala que:

A experiência ela conta positivamente você tem que observar que você aprende cotidianamente cada coisa nova, a cada nova situação que você se depara com o aluno, você vai ter que primeiro conhecer os alunos saber quais são as problemáticas dele pra você tentar resolver solucionar o problema. O conhecimento só vem quando você consegue fazer com que o aluno assista a sua aula. O ponto chave do professor da Eja está na explicação, saber transmitir o seu conteúdo programático porque uma vez são alunos com muita deficiência em todos os sentidos, teve problemas de alfabetização, teve problema de leitura, você tem que dar seu “brilho” aprender com tempo, você vai ganhando experiência, vai vendo qual é a melhor didática que você vai usar para aplicá-los (Gauthier, 2006).

Assim, verificamos que a resposta da professora se relaciona muito com os pensamentos de Gauthier, uma vez que a experiência proporciona ao professor verificar as dificuldades dos alunos e a partir dessa análise, procurar métodos que proporcione um melhor aprendizado para os discentes. Além disso, Pimenta (2005, p. 8) fala que a experiência está inserida na tríade dos saberes “O saber do professor se fundamenta na tríade saberes das áreas específicas, saberes pedagógicos e saberes da experiência”.

Ensinar os alunos da Educação de Jovens e Adultos é um trabalho árduo, no sentido de que o professor precisa fazer um trabalho cotidianamente. O conteúdo a ser repassado precisa estar adequado a realidade do discente, sendo necessário que o professor participasse diretamente da elaboração.

Durante a entrevista com a professora perguntamos se existe um conteúdo específico para a disciplina e se ele participa da organização do conteúdo ou se este já vem pronto para trabalhar. A Docente responde que “Existe no município, baseado na educação normalmente só com algumas alterações” e que é preciso fazer adaptações, “uma vez que você tem um aluno com *n*'s problemas pois o aluno da Eja tem algum probleminha falta de oportunidade é em virtude do trabalho, faz uma adaptação o mais próximo da realidade do aluno. O que vem de lá você faz adaptação então você participa, só mesmo na prática” (Professor). A resposta apresentada pela docente pode ser comparada as ideias de Tardif (2002) quando fala que a noção de saber dos docentes engloba os conhecimentos, as habilidades e que os conhecimentos, segundo o autor “podem ser classificados como Saberes Pedagógicos, Saberes Disciplinares, Saberes Curriculares, Saberes Experienciais e Saberes da formação Profissional”.

E é por apresentar esses saberes, que o docente consegue “enxergar” as dificuldades que os alunos apresentam e assim adaptar os conteúdos programáticos, que já vem prontos, a realidade do aluno. Esses saberes apresentados pelos docentes contribuem para que tenham uma visão ampla da turma em que trabalham, observando a realidade de cada discente. Quando perguntamos à docente quais os conhecimentos sobre educação, sobre escola e seu entorno você



acredita que os professores da Eja precisam, tivemos como resposta:

A eja é uma série especial, é uma turma especial você precisa de professor altamente qualificado e acostumado a essa situação, a primeira coisa que você precisa trabalhar com aluno da Eja campo é a parte das relações humanas, do caráter, da formação do caráter do entorno que está as discussões de é assuntos da sua comunidade, seus direitos, etc. É claro que você precisa levar o conteúdo programático, mas você precisatambém de tudo dá vida, do cotidiano do ser humano.

Sobre o ponto de vista do sujeito da pesquisa é preciso que o professor da EJA trabalhe várias temáticas com os alunos, auxiliando-os até nas relações humanas. Bezerra (2011) fala que o principal é fazer o professor entender que os adultos aprendem diferente das crianças e já apresentam uma vida completa, com filhos, trabalho etc. e as dificuldades na aprendizagem se tornam bem maiores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das análises teóricas deste trabalho podemos destacar que a educação de Jovens e Adultos foi criada inicialmente com a finalidade de compensar a falta de escolaridade na sociedade brasileira, principalmente pela inadequação de instrução da classe trabalhadora, frente às novas tecnologias inseridas no meio de produção e posteriormente na vida cotidiana dos indivíduos. Por conta disso, a EJA atende uma demanda crescente de jovens e adultos que procuram a inclusão social, além de melhores condições de vida através da educação.

Sendo assim, compreendemos que há um movimento de reconhecimento e valorização da modalidade da EJA, que busca construir sua identidade como um espaço de direito e particularidades para os sujeitos jovens e adultos. Assim, temos que entender que a EJA não se dá somente pela oferta de escolarização e pela viabilização da apropriação de saberes, mas principalmente porque os sujeitos jovens e adultos encontram nessa escolarização um espaço que lhes é de direito e no qual interagem socialmente, o que conseqüentemente exige do professor muito mais do que o domínio dos conhecimentos técnicos.

Podemos analisar que o trabalho destacou que a docente da EMEIF Achilles Ranieri, enfrentam dificuldades desde o conseguiu chegar na escola até o desenvolver suas práticas pedagógicas neste espaço. No entanto nota-se a importância destes na construção educacional dos sujeitos que vivenciam a inclusão do ensino médio em sua própria comunidade. Por meio disto, analisamos que a educação e os saberes dispostos nas salas de aula das turmas da Eja no campo, são construídos através do vínculo entre saberes dos alunos e os conteúdos curriculares inseridos no planejamento docente.



Nesse processo complexo que envolve a docência destacamos que a docente desempenha em suas práticas cotidianas a utilização da tríade dos saberes, que foca em um ensino voltado não para o mercado de trabalho, mas baseada nos saberes pedagógicos e saberes da experiência do ensino na busca de uma formação para a vida. Com isso, é importante considerar que os professores, assim como os alunos, possuem saberes, valores culturais e políticos, e que também são marcados por uma história de formação. Desse modo, o fazer pedagógico necessário para os alunos do campo inseridos na Eja deve pautar-se na mediação, com currículos apropriados para as necessidades e contextos socioculturais dos alunos.

Nesse sentido ressalta a importância de preparar professores que assumam uma atitude reflexiva em relação ao ensino e às condições sociais que o influenciam no processo educacional dos alunos da Eja, de modo a capacitá-los não para uma formação técnica, mas sim, para o desempenho de uma educação vinculada aos saberes, culturas e as raízes históricas no qual os alunos se identifiquem.

Contudo, compreendemos que os alunos da Eja trazem consigo uma grande bagagem de experiências vivenciadas e este deve ser valorizada durante seu processo educacional, através das práticas pedagógicas docente. Assim, é notável destacarmos que os saberes docentes utilizados pelos docentes no processo educacional dos alunos da Eja na comunidade quilombola de Matias, e vinculados aos saberes vivenciados pelos alunos na comunidade são de grande importância, uma vez que, as práticas utilizadas pelos professores desenvolvem um maior desempenho dos alunos nas produções de ensino em sala de aula.



REFERÊNCIAS

- BEZERRA, E. da C. Saberes e Competências. In: Nova Escola, Editora Abril, Fundação Victor Civita, junho/julho 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Processos de Conscientização: Intersecções na Vida Cotidiana. São Paulo: PUC, 2009.
- GAUTHIER, Clermont et al. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- MYNAIO, Maria Cecília de Souza. (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994, 17ª edição.
- TARDIF, MAURICE. Saberes Docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.